

ANDRÉ CLARK NUNES CAVALCANTE
ANTÔNIO EDILBERTO OLIVEIRA LIMA
IGOR PEREIRA PINHEIRO
LUCIANO VACCARO
VLADIMIR ARAS

LEI —————
ANTICRIME
C O M E N T A D A

Lei Anticrime Comentada

© André Clark Nunes Cavalcante, Antônio Edilberto Oliveira Lima, Igor Pereira Pinheiro Luciano Vaccaro e Vladimir Aras

J. H. MIZUNO 2020

Revisão: André Clark Nunes Cavalcante, Antônio Edilberto Oliveira Lima, Igor Pereira Pinheiro Luciano Vaccaro e Vladimir Aras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

L525 Lei anticrime comentada / André Clark Nunes Cavalcante... [et al.]. – Leme, SP: JH Mizuno, 2020.

366 p. : 17 x 24 cm

Inclui bibliografia.

1. Corrupção – Legislação – Brasil. 2. Corrupção administrativa. 3. Corrupção na política. 4. Crime contra a administração pública – Brasil. I. Cavalcante, André Clark Nunes. II. Lima, Antônio Edilberto Oliveira. III. Pinheiro, Igor Pereira. IV. Vaccaro, Luciano.

ISBN 978-85-7789-506-9

CDD 345.8102323

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à
JH MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460
Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210
Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editorajhmizuno.com.br
e-mail: atendimento@editorajhmizuno.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI ANTICRIME NO CÓDIGO PENAL.....	15
1. Legítima defesa.....	15
2. Pena de multa.....	17
3. Limite das penas privativas de liberdade.....	21
4. Livramento condicional.....	25
5. Causas impeditivas da prescrição.....	27
6. Crime de roubo.....	32
7. Crime de estelionato.....	38
8. Crime de concussão.....	41

CAPÍTULO 2

ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI ANTICRIME NA LEI DE LAVAGEM DE DINHEIRO – LEI 9.613/98.....	43
---	-----------

CAPÍTULO 3

ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI ANTICRIME NA LEI DE DROGAS – LEI 11.343/03.....	47
---	-----------

CAPÍTULO 4

ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI ANTICRIME NA LEI DO CRIME ORGA- NIZADO – LEI 12.850/13.....	53
1. Alterações da lei do crime organizado.....	61
2. Modificações relativas ao cumprimento da pena e benefícios da execução penal.....	62
3. Modificações relacionadas às formalidades procedimentais prévias à celebração do acordo de colaboração premiada.....	64
4. Modificações relacionadas ao procedimento em juízo para a homologação do acordo de colabo- ração premiada e suas consequências.....	70
5. Modificações relacionadas aos direitos do colaborador.....	83
6. Infiltração virtual de agentes policiais na internet.....	84

CAPÍTULO 5

ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI ANTICRIME NO CÓDIGO NA LEI QUE DISPÕE SOBRE O FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – LEI 13.756/18.....	93
--	-----------

CAPÍTULO 6

ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI ANTICRIME NA LEI DE EXECUÇÃO PENAL - Lei 7.210/84.....	97
1. Considerações iniciais acerca das alterações na Lei Execuções Penais.....	97
1.1. Da identificação genética.....	97
1.2. Do regime disciplinar diferenciado.....	101
1.3. Das novas regras acerca da progressão de regime prisional.....	108
1.3.1. Considerações gerais.....	108
1.3.2. Das principais alterações promovidas pela Lei 13.964/19 no tocante aos prazos (critério objetivo) para progressão de regime prisional.....	109
1.3.3. Do critério subjetivo para progressão de regime prisional.....	112
1.3.4. Da (im) possibilidade de aplicação dos novos prazos a crimes cometidos antes da vigência da Lei 13.964/19.....	114
1.3.5. A progressão de regime no caso do “tráfico de drogas privilegiado”.....	115
1.3.6. Da progressão especial prevista no §3º, do artigo 112, da LEP.....	116
1.3.7. Da impossibilidade de progressão per saltum.....	117
1.3.8. Da súmula vinculante 56.....	120
1.4. Da vedação à saída temporária aos condenados por crime hediondo com resultado morte.....	121

CAPÍTULO 7

ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI ANTICRIME NA LEI 11.671/08.....	123
1. Considerações gerais.....	123
2. Da competência do juízo federal para os crimes praticados no interior das unidades prisionais federais.....	123
3. Dos requisitos para inclusão nos estabelecimentos penais federais.....	124
4. Disposições gerais.....	126

CAPÍTULO 8

ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI ANTICRIME NA LEI 12.694/12.....	127
1. Considerações gerais.....	127
2. Das inovações trazidas pela Lei 13.964/19.....	127

ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO NA LEI ANTICRIME

CAPÍTULO 9

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL	133
1. Reflexões iniciais sobre o princípio da consensualidade punitiva e o acordo de não persecução cível	134
2. A constitucionalidade do acordo de não persecução cível	136
3. A necessidade de integração normativa após o veto presidencial ao artigo 17-A da Lei de Improbidade Administrativa	137
4. Limite Temporal e Impedimentos (OBJETIVOS E SUBJETIVOS) para a Celebração do Acordo de Não Persecução Cível	139
5. Características do acordo de não persecução cível	146
5.1. Fator Interruptivo da Prescrição da Ação de Improbidade Administrativa	147
5.2. Acordo de Não Persecução Cível como Negócio Jurídico Voluntário e a Correlata Proibição de Imposição Judicial	147
5.3. Possibilidade de Celebração com Todos ou Apenas Alguns dos Responsáveis/Beneficiários do Ato de Improbidade Administrativa	150
5.4. Legitimidade para Celebração e Legitimidade para Execução do Acordo de Não Persecução Cível	151
5.5. Conteúdo Mínimo, Limites e Potencialidade Expansiva do Acordo de Não Persecução Cível	155
5.6. Modalidades, Eficácia Executiva e Procedimentos	158
6. Meios de impugnação do acordo de não persecução cível	162

CAPÍTULO 10

O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL APÓS A LEI 13.964/2019	165
1. Introdução	165
2. Do princípio da obrigatoriedade ao princípio da oportunidade da ação penal	166
3. O consenso no processo penal	170
4. O ministério público como agente da política criminal do estado	172
5. Saídas alternativas ao processo penal	175
6. Acordos penais no Brasil	177
7. Os acordos de não persecução penal da Lei 13.964/2019	179
7.1. Características gerais do acordo de não persecução penal	179
7.2. Acordo de não persecução penal e devido processo legal	182
7.2.1. Voluntariedade da decisão de negociar acordos penais	184
7.2.2. Possibilidade de renúncia ao exercício de garantias processuais	184
7.2.3. Necessidade de efetivo controle judicial sobre o acordo	185
7.2.4. Necessidade de defesa técnica efetiva: os casos <i>Lafler vs. Cooper</i> e <i>Missouri vs. Frye</i> , da Suprema Corte dos Estados Unidos	186

7.3. Audiência de custódia e acordo de não persecução penal	187
7.4. Semelhanças e diferenças entre o acordo de não persecução penal e a transação penal.	189
7.5. Semelhanças e diferenças entre o acordo de não persecução penal e a suspensão condicional do processo	190
7.6. Semelhanças e diferenças entre o acordo de não persecução penal e os acordos de colaboração premiada	190
7.7. Semelhanças e diferenças entre o acordo de não persecução penal e o <i>plea bargain</i>	191
7.8. Semelhanças e diferenças entre o acordo de não persecução penal e o acordo de não persecução cível	191
8. Requisitos do acordo de não persecução penal (ANPP)	192
8.1. Não ser hipótese de arquivamento	192
8.2. Não se tratar de crime com violência ou grave ameaça contra a pessoa.....	193
8.3. Crimes nos quais é cabível o ANPP.....	193
8.4. Vedações categóricas que não mais se aplicam	194
8.5. Como se calcula a pena mínima para o ANPP	195
8.6. A reincidência no ANPP.....	196
8.7. A transação penal prefere ao acordo de não persecução penal	196
8.8. A possibilidade de ANPP em crimes com pena mínima igual a 4 anos	196
8.9. A confissão do investigado como requisito legal.....	197
8.10. Suficiência do ANPP para a prevenção e repressão do crime.....	198
8.11. Impossibilidade de ANPP em caso de acordos pretéritos	199
8.12. Celebração de ANPP quando presente causa de exclusão de ilicitude ou de culpabilidade ou extintiva de punibilidade.....	199
8.13. Existência de inquéritos em curso e ANPP	200
8.14. Constatação da presença dos requisitos legais.....	200
9. As obrigações a serem cumpridas pelo investigado	202
9.1. A reparação do dano à vítima.....	203
9.2. Perda de bens, direitos e valores e instrumentos do crime	203
9.3. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	204
9.4. Pagamento de prestação pecuniária.....	204
9.5. Condições inominadas	204
9.6. Cumulação de condições	205
10. Natureza jurídica do acordo de não persecução penal	206
11. Natureza jurídica das "condições" impostas em função do acordo de não persecução penal....	207
12. Natureza jurídica da sentença que homologa o acordo de não persecução penal.....	208
13. Legitimidade para o acordo de não persecução penal.....	209
14. Procedimento do acordo de não persecução penal	210
14.1. A proposta de ANPP.....	213

14.2. O momento do ANPP	214
14.3. A negociação do ANPP	215
14.4. Recusa à formalização do acordo	216
14.5. Formalização do acordo de não persecução penal	216
14.6. Juízo competente para a homologação e execução do acordo	217
14.7. A audiência de confirmação do ANPP	218
14.8. A homologação do ANPP	219
14.9. Repactuação ou retificação do acordo antes da homologação	220
14.10. Rejeição da homologação do acordo	221
14.11. A execução do ANPP	225
14.12. Cumprimento do acordo	225
14.13. Descumprimento do acordo	226
14.14. Rescisão do acordo de não persecução penal	227
14.15. Consequências do acordo para a vítima	227
14.16. Consequências do acordo para o acusado	228
14.17. Repactuação do acordo após a homologação	229
15. Outras questões relevantes	229
15.1. Acordos com adolescentes infratores	229
15.2. Acordos com pessoas inimputáveis por motivos psiquiátricos	231
15.3. Acordos com pessoas jurídicas	232
15.4. Acordos em ação penal privada subsidiária da pública	232
15.5. Acordos em ação penal privada	233
15.6. Acordos em caso de concurso de pessoas	233
15.7. Interações entre o acordo de não persecução penal e o acordo de não persecução cível	234
15.8. O acordo de não persecução penal e a Lei da Ficha Limpa	236
15.9. Registro audiovisual da negociação e da confissão	237
15.10. Acordo de não persecução penal em caso de desclassificação pelo juiz	237
15.11. Atos de comunicação com o investigado e a vítima	237
15.12. Acordos clausulados	238
15.13. Acordos de não persecução penal e Justiça Restaurativa	238
16. Boas práticas em acordos de não persecução penal	239
17. Conclusão	240

CAPÍTULO 11

ALIENAÇÃO E USO DE BENS APREENDIDOS (Arts. 122, 124-A, 133 e 133-A, CPP)	241
1. Considerações gerais	242
2. Análise crítica das inovações	243

CAPÍTULO 12

IMPEDIMENTO POR ILICITUDE DE PROVA (Art. 157, §5º, CPP)	249
1. Aspectos gerais	249
2. Análise crítica das inovações	250

CAPÍTULO 13

CADEIA DE CUSTÓDIA DE VESTÍGIOS (Arts. 158-A a 158-F, CPP)	253
1. Considerações gerais.....	256
2. Análise crítica das inovações	256

CAPÍTULO 14

CUMPRIMENTO IMEDIATO DE VEREDITOS (Art. 492, CPP)	261
1. Considerações gerais.....	262
2. Análise críticas das inovações.....	262
3. Implicações práticas.....	266

CAPÍTULO 15

NULIDADE POR CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO (Art. 564, V, CPP)	269
1. Considerações gerais.....	269
2. Análise crítica das inovações	270

CAPÍTULO 16

RECURSO CONTRA NÃO HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (Art. 581, CPP)	271
1. Considerações gerais.....	271
2. Análise crítica da inovação	271

CAPÍTULO 17

LEI DE CRIMES HEDIONDOS (Art. 5º e 19, anticrime)	273
1. Considerações gerais.....	274
2. Análise crítica das inovações	274

CAPÍTULO 18

ESTATUTO DO DESARMAMENTO (Art. 9º, anticrime)	279
1. Considerações gerais.....	280
2. Análise crítica das inovações	281

CAPÍTULO 19

LEI DE PERFIS GENÉTICOS (Art. 12, anticrime)	287
1. Considerações gerais.....	288
2. Análise crítica das inovações	290

CAPÍTULO 20

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR (Art. 18 anticrime)	295
1. Considerações gerais.....	296
2. Análise crítica das inovações	296

CAPÍTULO 21

JUIZ DAS GARANTIAS	301
1. Da estrutura acusatória do sistema processual penal brasileiro	301
1.1. Aspectos gerais	301
1.2. Da instituição do juiz de garantias.....	304
1.2.1. Considerações gerais	304
1.2.2. Da (in) constitucionalidade do Juiz de Garantias.....	306
1.2.3. A Inconstitucionalidade do Juiz das Garantias na Área Eleitoral	310
1.2.4. Juiz de garantias como efetivação dos direitos e garantias fundamentais do indivíduo	312
2. Da competência do juiz de garantias: rol meramente exemplificativo.....	314
2.1. Comunicação da prisão e garantias do preso.....	316
2.1.1. Recebimento da comunicação de prisão	316
2.1.2. Apreciação da prisão em flagrante: a nova disciplina do artigo 310, do CPP.....	317
2.1.3. Da (in) constitucionalidade do inciso IV, do art. 3º-B, do CPP	317
2.2. Decretação e manutenção da prisão ou concessão de liberdade provisória com ou sem medida cautelar.....	318
2.3. Produção de provas na fase de investigação e os direitos do indivíduo.....	319
2.4. Finalização das investigações: trancamento do inquérito policial, recebimento da denúncia ou homologação do acordo de não persecução penal	321
2.5. Homologação dos acordos de não persecução penal e colaboração premiada.....	322
3. Delimitação da competência do Juiz das Garantias e encerramento de sua atuação.....	323
3.1. Do alcance da atuação do Juiz das Garantias: exclusão dos crimes sujeitos às Varas Criminais Colegiadas	323
3.2. Do encerramento da atuação do Juiz das Garantias	325
3.3. Julgamento das questões pendentes.....	326
3.4. Plena separação entre o Juiz das Garantias e o Juiz da instrução e julgamento.....	326
4. Dos impedimentos decorrentes da atuação fora da atividade judicante	327
5. Da possibilidade de atuação do juiz de garantias em sistema de rodízio de magistrados: solução ou paliativo?	328

6. Regras de proteção à imagem do preso	330
7. Do direito de defesa dos profissionais de segurança pública ainda na fase de investigação	331

CAPÍTULO 22

MEDIDAS CAUTELARES E PRISÕES APÓS A LEI ANTICRIME	333
I - Das medidas cautelares	333
1. Considerações gerais	333
2. Da submissão das prisões ao sistema processual acusatório	334
3. Da nova redação do artigo 282, do CPP: procedimento para apreciação das medidas cautelares	336
3.1. Requisitos	336
3.2. Possibilidade de as medidas cautelares serem aplicadas isolada ou cumulativamente	338
3.3. Sujeição das medidas cautelares ao prévio requerimento das partes	339
3.4. Medidas cautelares e a observância do contraditório	342
4. Das hipóteses de prisão tratadas no Código de Processo Penal	344
4.1. Considerações gerais	344
5. Das providências a serem adotadas diante do recebimento do auto de prisão em flagrante	346
5.2. Competência para realização da audiência de custódia	350
6. Dos requisitos da prisão preventiva: “perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado”	354
7. Da indispensável fundamentação das decisões que apreciam a liberdade do indivíduo	356
8. Da reapreciação automática da prisão cautelar	358

REFERÊNCIAS	359
--------------------------	------------

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	361
--	------------